

ATIVISMO MATERNO E ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA: TESSITURAS SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ORGANIZAÇÃO MÃES DA RESISTÊNCIA NO CONTEXTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO¹

MATERNAL ACTIVISM AND COMBATING LGBTPHOBIA: WEAVING THE EDUCATIONAL PRACTICES OF THE MÃES DA RESISTÊNCIA ORGANIZATION IN THE CONTEXT OF THE STATE OF PERNAMBUCO

ACTIVISMO MATERNO Y ENFRENTAMIENTO A LA LGBTFOBIA: TEZURAS SOBRE LAS PRÁCTICAS EDUCATIVAS DE LA ORGANIZACIÓN MÃES DA RESISTÊNCIA EN EL CONTEXTO DEL ESTADO DE PERNAMBUCO

Márcio Rubens de Oliveira²
Allene Carvalho Lage³

RESUMO: A LGBTfobia caracteriza-se por condutas preconceituosas e violentas, direcionadas a pessoas que não atendem às exigências hegemônicas relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero e está alicerçada sob pilares cisheteronormativos. Os movimentos sociais e o ativismo materno são ferramentas importantes de luta, acolhimento e construção de conhecimentos, a partir de práticas educativas, que fortalecem famílias e apoiam pessoas LGBTQI+. Foi partindo destas perspectivas que a pesquisa de que trata este artigo objetivou compreender as contribuições das práticas educativas, da Organização Mães da Resistência, no contexto do estado de Pernambuco. Importante destacar que o estudo integra as produções de um Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq⁴. A metodologia utilizada buscou um diálogo entre a teoria da Epistemologia Qualitativa e o Método do Caso Alargado. Os sentidos atribuídos, a partir da participação, no estudo, da presidenta da Organização, apontaram para a importância das práticas educativas utilizadas, bem como, suas contribuições para famílias e pessoas LGBTQI+, no contexto pernambucano.

1

Palavras-chave: Ativismo Materno. LGBTfobia. Práticas Educativas. Mães da Resistência.

ABSTRACT: LGBTPhobia is characterized by prejudiced and violent behaviors directed at individuals who do not conform to hegemonic demands regarding sexual orientation and gender identity, and it is rooted in cisheteronormative pillars. Social movements and maternal activism are important tools for struggle, support, and knowledge construction through educational practices that strengthen families and support LGBTQI+ people. Based on these perspectives, the research discussed in this article aimed to understand the contributions of the educational practices of the Mães da Resistência organization within the context of the state of Pernambuco. It is important to highlight that this study is part of a research project funded by CNPq. The methodology employed sought a dialogue between the theory of Qualitative Epistemology and the Extended Case Method. The meanings attributed by the organization's president through her participation in the study pointed to the importance of the educational practices utilized, as well as their contributions to families and LGBTQI+ individuals in the Pernambuco context.

Keywords: Maternal Activism. LGBTphobia. Educational Practices. Mães da Resistência.

¹Projeto: Espelhos Epistemológicos das Práticas Educativas de Ativistas e Militantes Educadores(as) dos Movimentos Sociais de Pernambuco, o qual foi aprovado na Chamada Universal CNPq/MCTI Nº 10/2023 (Período: 2024 – 2026), tendo recebido financiamento para a sua execução.

²Doutor e Mestre em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

³Pós-doutora em Diversidades, Saberes y Lenguajes del Sur, Universidad de Manizales/Colômbia. Doutora em Sociologia, Universidade de Coimbra. Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – PPGEduC/UFPE.

RESUMEN: La LGBTfobia se caracteriza por conductas prejuiciosas y violentas dirigidas a personas que no cumplen con las exigencias hegemónicas relacionadas con la orientación sexual y la identidad de género, y está cimentada sobre pilares cisheteronormativos. Los movimientos sociales y el activismo materno son herramientas importantes de lucha, acogida y construcción de conocimientos, a partir de prácticas educativas que fortalecen a las familias y apoyan a las personas LGBTQI+. Partiendo de estas perspectivas, la investigación de la que trata este artículo tuvo como objetivo comprender las contribuciones de las prácticas educativas de la organización Mães da Resistência en el contexto del estado de Pernambuco. Es importante destacar que el estudio integra las producciones de un proyecto de investigación financiado por el CNPq. La metodología utilizada buscó un diálogo entre la teoría de la Epistemología Cualitativa y el Método del Caso Ampliado. Los sentidos atribuidos, a partir de la participación en el estudio de la presidenta de la organización, señalaron la importancia de las prácticas educativas utilizadas, así como sus contribuciones para las familias y las personas LGBTQI+ en el contexto pernambucano.

Palabras clave: Activismo Materno. LGBTfobia. Prácticas Educativas. Mães da Resistência.

INTRODUÇÃO

A estrutura social e histórica brasileira vêm sendo marcada por uma persistente e muito bem alicerçada violência, dirigida às pessoas LGBTQI+. Essa estrutura reflete uma matriz colonial e patriarcal que atua como reguladora de corpos, de orientações sexuais e de gêneros. Nesse sentido, a ordem estabelecida institui os modelos hegemônicos de normalidade, contribuindo por um lado, para a manutenção de lógicas cisheteronormativas, e, por outro, para a instituição de um *modus operandi* que busca justificar a violência sob pressupostos, principalmente, religiosos e biologicistas. Sobre estas questões Oliveira (2018) contribui, destacando que:

A este conjunto de elementos que figura como sendo a referência sexista social fundamental foi dado o nome de heteronormatividade. Diante de um contexto heteronormativo, as pessoas que não atendem à norma social estabelecida sofrem as sanções oriundas desta construção histórico-social (Oliveira, 2018, p. 16-17).

A LGBTfobia, como um fenômeno social e uma herança, diretamente relacionados à cisheteronormatividade, caracteriza-se, entre outras coisas, pela aversão e violências injustificadas contra pessoas LGBTQI+. Ela se manifesta não somente por episódios violentos de lesões físicas, mas também, através do silenciamento institucional; da exclusão familiar e comunitária; do bullying e isolamento social, durante o processo de escolarização; e, também, pela vulnerabilização socioassistencial, econômica e psicológica de suas vítimas (Oliveira, 2018; Oliveira; Lage, 2025).

Contribuindo com estas perspectivas, Prins e Meijer (2002), argumentam, destacando que:

[...] O que seguidamente acontece é que as pessoas apresentam teorias abstratas sobre coisas do tipo da abjeção, depois dão os exemplos, e então os exemplos se tornam normativos de todo o resto. O processo se torna paradigmático e acaba por produzir suas próprias exclusões. Torna-se fixo e normativo no sentido de rigidez (Prins; Meijer, 2002, p. 162).

Nesse cenário macroestrutural de violências e violações de direitos humanos, o estado de Pernambuco surge, historicamente, como um território de disputas e de contradições. Ao mesmo tempo em que registra índices alarmantes de crimes de ódio, baseados na orientação sexual e identidade de gênero, destaca-se pelo ativismo dos movimentos sociais de resistência e insurgência civil popular. Importante destacar que Pernambuco, ocupa o segundo lugar nacional de crimes letais contra pessoas LGBTQI+, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026).

Apesar de um cenário tão fortemente marcado pela violência e letalidade, decorrentes da LGBTfobia, no contexto pernambucano, movimentos sociais e coletivos têm se destacado como alternativas importantes de enfrentamento e de luta por reconhecimento e por garantias de direitos para pessoas LGBTQI+.

Parece oportuno destacar que, historicamente, estudos que tratam sobre movimentos sociais direcionam suas análises para mobilizações de classes ou engajamentos sindicais, entretanto, a emergência de novas perspectivas, no tocante aos movimentos populares, descentralizou as disputas, de modo, a alcançar o campo das identidades, da cultura, do corpo e da vida cotidiana. É, exatamente, nessa direção que estratégias de engajamento se encontram com fenômenos contemporâneos, como por exemplo: o ativismo materno.

Esse ativismo tem representado uma ruptura real e decisiva na linha que, tradicionalmente, separa o espaço privado do ambiente público. A história ocidental se responsabilizou pela tarefa de confinar a maternidade ao contexto doméstico, ao cuidado familiar privativo, à subordinação à figura paterna e marital e ao sofrimento silencioso. Nesse sentido, Azevedo (2022) destaca que:

A maternidade, vista culturalmente como dever das mulheres cisgênero, é imposta como obrigação às pessoas com útero em função da proibição legal do aborto, como se vê no Direito republicano brasileiro. Especialmente no Direito da família, aparecem os regramentos sobre as mulheres, posicionando-as na reprodução social como mães e esposas, ou seja, cuidadoras, educadoras. Ainda que seja obrigatória [...] a maternidade é amparada de forma precária pelo Estado, que identifica que a responsabilidade pelos filhos havidos é da família (Azevedo, 2022, p. 26).

Considerando tais heranças históricas e culturais sobre os sentidos e lugares atribuídos às mulheres e à maternidade, a novidade apresentada pelo ativismo materno vai se

consolidando, a partir da ressignificação política e da criação de espaços de discussão, tensionamento e fortalecimento de ferramentas coletivas de enfrentamento ao Estado e à cultura patriarcal e pela luta por garantias, representação sociopolítica e participação ativa na sociedade.

Nesse sentido, frente a ameaças concretas à integridade, à vida, à segurança física e à cidadania de seus(as) filhos(as), as mães atravessam os embaraços do lar, ingressando na arena política e nas lutas coletivas por direitos humanos e justiça social. E, será, fundamentalmente, ocupando espaços deliberativos e compreendendo estratégias de poder e dominação que a resistência se instala e o ativismo materno desponta como ferramenta legítima de enfrentamento. Exatamente, por isso, “[...] a importância de compreender os contextos em que as relações de cuidado se desenvolvem de modo a não se naturalizar desigualdades [...]” (Freitas; Fenamori, 2024, p. 3).

No cerne dessas integrações, articulações políticas e participação ativa em espaços de poder e deliberação, as quais tornam mães, politicamente, protagonistas, na luta e defesa de pautas e interesses coletivos e de interesse de seus(as) filhos(as), considerando as especificidades de seus objetivos e ativismos, encontram-se grupos comunitários, movimentos sociais e organizações da sociedade civil que têm se destacado no cenário nacional, como expoentes de novas estruturas de resistência e lutas por direitos e representatividade. Conforme aponta Silva: “[...] O ativismo em prol do cuidado não beneficia somente mães, mas também crianças e toda a sociedade, que terá seres humanos mais saudáveis e dignos” (Silva, 2024, p. 208).

No que se refere ao enfrentamento à LGBTfobia, a Organização Mães da Resistência – MdR representa uma importante estratégia de acolhimento e de combate às diferentes opressões vivenciadas por famílias e por pessoas LGBTQI+. A sua abrangência é nacional, mas para este artigo, será considerado o recorte da atuação do MdR no estado de Pernambuco.

A Organização Mães da Resistência em Pernambuco – MdR-PE constitui-se como uma Organização Não Governamental (ONG) composta, majoritariamente, por mães; embora registre a participação ativa de pais e familiares sob outras configurações parentais. A Organização tem como presidenta Girlayne Carvalho Machado e, atualmente, a sua sede nacional está localizada na cidade do Recife – PE.

Fundada em 1º de dezembro de 2021, a Organização MdR tem como objetivo a oferta de suporte e acolhimento a famílias e pessoas LGBTQI+. Suas ações articulam-se em torno da defesa e da garantia dos direitos humanos, além do fornecimento de assistência psicológica e

jurídica. Adicionalmente, a Organização busca potencializar a criação de uma rede de referência socioassistencial que viabilize a empregabilidade, o acesso à saúde, à educação e à segurança pública para a população atendida.

A organização não se limita em atuar como um grupo de acolhimento mútuo ou apoio psicológico, mas como um movimento social estruturado, através do qual são desenvolvidas práticas educativas intencionais e consistentes. Suas Práticas educativas manifestam-se, a partir de uma construção intrínseca, ou seja, por meio do letramento social, de gênero, sexualidade e orientação sexual; da formação política; e da desconstrução de preconceitos estruturais internalizados.

Entre as estratégias de atuação e Práticas educativas, encontra-se o curso “Movimentos Sociais – da Afetividade à Efetividade”, caracterizado pela formação continuada oferecida, semestralmente, pela MdR, e que tem como objetivo capacitar ativistas para a efetividade de suas ações.

Destaque também para a produção de material informativo nas redes sociais e em cartilhas, como por exemplo, a cartilha "Letramento para Mães que Resistem" (Mães da Resistência, 2023a), documento que reúne orientações conceituais, depoimentos, diretrizes institucionais e o mapeamento da rede de apoio, servindo como referencial informativo de educação popular e para o aprofundamento de conhecimentos sobre pautas e demandas LGBTQI+, políticas públicas e representativas, ativismo materno e participação social ativa. Além dos diversos projetos que são desenvolvidos no âmbito da Organização, como: “Projeto Colcha de Retalhos”; “Projeto Amor +”; “Projeto Abram Alas”; e “Projeto De Mãe para Mãe”, entre outras iniciativas.

Nesse sentido, a atuação da Organização estrutura-se através de "frentes de trabalho", com destaque para as reuniões de apoio mútuo e acolhimento a familiares e pessoas LGBTQI+, bem como, para a promoção de formações pedagógicas voltadas para associados(as), aliados(as), voluntários(as), outras organizações e para o público assistido. Paralelamente, as mídias sociais configuram-se como canais estratégicos para a difusão e a consolidação do trabalho desenvolvido pela MdR-PE. Ademais, a sua atuação também é representativa, através de participação em conselhos de direitos e em espaços de diálogo e de tensionamentos diretos, relacionados a existência, fiscalização e impactos das políticas públicas, na vida e na garantia de direitos para pessoas LGTQI+ e para as suas famílias.

Soma-se ao seu acervo informacional e educativo, materiais audiovisuais, dos quais destaca-se o "Manifesto Mães da Resistência" (Mães da Resistência, 2023b), o qual foi produzido

pela coordenação nacional e teve como finalidade a importância da centralidade dos vínculos afetivos familiares, bem como, dos impactos protetivos decorrentes do acolhimento doméstico. Faz-se fundamental apontar que as redes sociais representam o principal vetor de difusão das ações da MdR, estes espaços evidenciam o engajamento e a inserção do movimento em arenas de representação política. Desse modo, essas práticas empíricas reiteram a relevância da ocupação de territórios de poder e da ampliação do debate público para a legitimação das pautas defendidas, fortalecendo a rede de suporte a pessoas LGBTQI+ e suas respectivas famílias.

Em termos de alcance, a Organização abrange, atualmente, mais de 1.000 Mães da Resistência e estende sua atuação em 16 estados brasileiros e no Distrito Federal. No escopo de suas atividades institucionais, destacam-se o monitoramento e o diálogo com o poder público, na formulação de políticas e na reivindicação de direitos, materializados em palestras, debates, mobilizações, projetos e cursos formativos.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar os sentidos atribuídos e as principais práticas educativas adotadas pela Organização Mães da Resistência em Pernambuco, a partir do olhar analítico e da trajetória da sua presidenta. Justifica-se a importância e relevância teórica e empírica desta investigação, a necessidade de ampliar os conhecimentos em torno de práticas educacionais de movimentos sociais, numa perspectiva mais localizada, tendo em vista que, embora a literatura reconheça o papel transformador dos movimentos sociais, notam-se escassas as investigações dedicadas, de maneira mais específica, ao ativismo materno e a estratégias e saberes emancipatórios correlatos. Nesse sentido, tais articulações já demonstraram ser capazes de ressignificar compreensões e comportamentos preconceituosos, tanto do poder público quanto da sociedade civil frente a violências LGBTfóbicas.

Imperativo destacar que este artigo é parte integrante das produções desenvolvidas através do Projeto Espelhos Epistemológicos das Práticas Educativas de Ativistas e Militantes Educadores(as) dos Movimentos Sociais de Pernambuco, o qual foi aprovado na Chamada Universal CNPq/MCTI Nº 10/2023 (Período: 2024 – 2026), tendo recebido financiamento para a sua execução.

METODOLOGIA, ATRIBUIÇÕES DE SENTIDOS E INTELIGIBILIDADE

O desenho metodológico assume uma abordagem qualitativa, baseada na produção de sentidos e inteligibilidade, a partir da articulação entre a Teoria Epistemológica Qualitativa (Rey, 2005) e o Método do Caso Alargado (Santos, 1983). A utilização destas perspectivas teórico-metodológicas possibilita a apreensão das singularidades da experiência investigada,

sem que ela seja dissociada das dinâmicas macroestruturais que excluem e regulam a realidade nacional e local, quando considerado o recorte do estado de Pernambuco.

No que se refere à matriz epistemológica, o estudo encontra sustentação na Epistemologia Qualitativa, considerando que esta teoria entende a produção de conhecimentos científicos, a partir da perspectiva da atribuição de sentidos e do processo construtivo-interpretativo, através do qual o investigador também se torna partícipe ativo e gerador de sentidos subjetivos. Segundo Rey:

[...] Quando se inclui no repertório da pesquisa empírica o sujeito que aprende, começa-se a gerar inteligibilidade sobre novos processos que intervêm na aprendizagem, como o da produção de sentido por parte do sujeito” (Rey, 2005, p. 8).

Nesse sentido, os discursos e as experiências não operam como dados lineares da realidade investigada, mas como produção de sentidos complexos que indicam a subjetividade social. Logo, as contribuições da presidenta da Organização MdR, através dos sentidos atribuídos à sua experiência e às práticas educativas existentes, possibilitam a identificação de indicadores que se constituem, a partir de núcleos de significação do recorte investigado.

A amplitude analítica das escolhas teórico-metodológicas desta investigação, considerou a singularidade como passível de formulações teóricas e inteligíveis, é nesse sentido que o Método do Caso Alargado contribui para este estudo. Diferentemente de abordagens com características positivistas tradicionais, o Método do Caso Alargado propõe o alargamento do caso estudado, considerando suas perspectivas contextuais, teóricas e relativas à ciência e à sociedade.

No que se refere ao caso estudado nesta investigação, o método não o isola em sua particularidade, mas contribui para o tensionamento, entre o recorte da realidade considerado e os sentidos atribuídos e traduzidos em razão do desenvolvimento de saberes e conhecimentos epistemológicos inteligíveis.

[...] Este método foi desenvolvido pela antropologia cultural e social e as suas potencialidades no domínio da sociologia começam hoje a ser reconhecidas. Ele opõe à generalização positivista pela quantidade e pela uniformização, a generalização pela qualidade e pela exemplaridade. Em vez de fixar a quantidade de casos (observações) adequada, o método de caso alargado escolhe um caso ou um número limitado de casos em que se condensam com particular incidência os vetores estruturais mais importantes das economias interacionais dos diferentes participantes numa dada prática social setorial. Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou mesmo de único [...] (Santos, 1983, p. 11-12).

A Epistemologia Qualitativa não atribui a instrumentos, de maneira inequívoca e única, a produção de dados relacionados ao recorte da realidade estudada. Os instrumentos devem se

configurar, portanto, como um meio para reflexões e produção de conhecimentos inteligíveis e não como um fim em si mesmos. A sua crítica ao instrumentalismo nas ciências sociais e humanas, decorre da defesa da produção de dados realizada através das experiências subjetivas e das trocas entre as pessoas participantes na investigação, inclusive o(a) pesquisador(a), para isso, utiliza-se de estratégias conversacionais, críticas e reflexivas para a produção dos dados, as quais sejam capazes de se tornarem inteligíveis, produzir conhecimentos epistemológicos e contribuir para a ampliação das potencialidades e compreensões do recorte que se faz da realidade.

Para a produção dos dados foram considerados alguns cenários, constituindo um emaranhado de sentidos que contribuiriam para uma análise mais ampliada sobre as práticas educativas utilizadas pela Organização Mães da Resistência, considerando a realidade pernambucana. Desde a escolha pela Organização, os sentidos foram sendo forjados, na perspectiva do estabelecimento de uma relação ampliada com o contexto investigado. É fundamental destacar que toda a comunicação entre pesquisador e Organização, se deu numa perspectiva conversacional, aproximando todas as pessoas que participaram desse processo, a partir de suas experiências, contatos telefônicos, trocas de mensagens e questionário *on-line* com a presidência.

8

Faz-se importante destacar que a Epistemologia Qualitativa compreende o processo de desenvolvimento da investigação como parte fundamental da pesquisa, tendo em vista os sentidos atribuídos e a possibilidade de produção de novas hipóteses. Nessa perspectiva, o modelo metodológico assume um critério progressivo, atendendo a uma lógica configuracional, de forma que o desenvolvimento da pesquisa vai sendo construído ao longo do seu processo (Rey, 2005).

Para a produção dos dados, também foi utilizado um questionário *on-line*, através do qual foi possível a aproximação com a presidenta Nacional da Organização Mães da Resistência. O questionário *on-line* foi estruturado em 3 blocos de sentidos, sendo: i) sentidos atribuídos à trajetória pessoal e da Organização; ii) sentidos atribuídos a ações desenvolvidas e práticas educativas da Organização; iii) sentidos atribuídos às experiências e às contribuições sociais da Organização no contexto pernambucano.

O modelo eletrônico e semiestruturado do questionário possibilitou uma participação mais subjetiva e uma narrativa densa e detalhada, possibilitando liberdade de expressão e alinhamento às perspectivas metodológicas e aos objetivos da investigação. A sua aplicação ocorreu através de formulário eletrônico hospedado no *Google Forms*, o qual apresentava, antes

da produção dos dados, informações sobre os objetivos, procedimentos, metodologia, riscos e benefícios decorrentes do estudo, seguidos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, respeitando a sua opção institucional de identificação nominal, tendo em vista o caráter público e político do seu exercício como presidenta da Organização.

Considerando as características metodológicas de atribuição de sentidos, todos os enunciados possibilitaram a exposição subjetiva das experiências vivenciadas pela presidenta, bem como, dos sentidos atribuídos a estas experiências. Destaca-se que o questionário contou com 8 questões mobilizadoras, as quais foram estruturadas em blocos de sentidos, conforme mencionado, os quais serão apresentados e analisados na sequência.

Sentidos atribuídos à trajetória pessoal e da Organização

Quando considerada as contribuições apresentadas pela presidenta, através do questionário *on-line*, foram observados importantes indicadores de significativa densidade psicológica e também social. Nessa perspectiva, o que se observou como um sentido de relevante potência nas respostas da participante foi o reconhecimento do seu histórico preconceituoso: “[...] enquanto mãe que um dia foi homofóbica [...]”. Ora, a admissão do exercício da LGBTfobia contrasta com os afetos, cuidados e expectativas criadas pelas mães, em relação aos seus(as) filhos(as). Importante destacar que tais expectativas podem exercer reações adversas, sobretudo, em relação à diversidade e alteridade dos(as) filhos(as), tendo em vista que a comparação e associação a modelos imaginários, em sua maioria, não correspondem aos(as) filhos(as) reais. O que parece ter ocorrido, no que se refere às reflexões da presidenta, foi uma desorganização de antigos paradigmas psíquicos, possibilitando a ressignificação de novos sentidos subjetivos, assim, o afeto e a crise doméstica parecem ter contribuído para a atribuição de novos sentidos, ressignificando o preconceito LGBTfóbico e convertendo-o em propulsor para a criação e manutenção de ações coletivas.

No que se refere aos sentidos subjetivos, relacionados ao ativismo materno e à sua participação na Organização Mães da Resistência, a presidenta destacou que faz “[...] total sentido [...]”, não somente por ser uma das fundadoras da Organização, mas por compreender o seu ativismo e militância como um caminho para a materialização de necessidades emocionais, sobretudo, de reparação e de ressignificação identitária. É como se as ações políticas que a mobilizaram para o acolhimento de pessoas LGBTQI+ e suas famílias, fosse o combustível que impulsiona e dá sentido à sua próxima existência, sobretudo, quando afirma: “[...] hoje represento a organização que deu total sentido a minha luta”.

Uma tradução necessária, sobre a sua trajetória de vida e a história da Organização, aponta para o fato de que a sua expressão subjetiva, com suas experiências de dor, de reconhecimento da sua LGBTfobia e das ressignificações de paradigmas e criação de novas alternativas e possibilidades de cuidado, acolhimento e amor, parece expressar a história viva da própria Organização. Nas perspectivas de Boaventura de Sousa Santos, que citamos de memória, “todo saber é situado”, desse modo, os sentidos atribuídos pela presidenta fala desse lugar histórico de quem produz, a partir de suas experiências, a realidade social que descreve e que a descreve.

Sentidos atribuídos a ações desenvolvidas e Práticas educativas da Organização

O desenvolvimento humano e a aprendizagem não ocorrem pela simples transmissão de conhecimentos, de forma passiva e livre das experiências e contextos onde são vivenciados. A aprendizagem requer produção de sentidos, reestruturação subjetiva e relações sociais significativas. Nesse sentido, as práticas educativas, capazes de subsidiar esse processo de desenvolvimento e aprendizagem, não devem desconsiderar as questões subjetivas dos(as) aprendentes, uma vez que serão elas as vias fundamentais para a produção de sentidos subjetivos.

10

Importante destacar que as práticas educativas se utilizam de ferramentas para potencializar a experiência da aprendizagem, até mesmo as histórias de vidas, os causos populares e as ações coletivas podem ser instrumentos potenciais para o desenvolvimento de reflexões críticas e inteligibilidade. A dores vivenciadas, as culpas e projeção nas vivências e histórias de pares, contribuem para a geração de novos sentidos para as próprias vivências, possibilitando a desconstrução de modelos hegemônicos excludentes e preconceitos internalizados.

Diante disso, faz-se necessário considerar que a utilização de instrumentos como: “[...] estudos de casos, produção de fluxo e cine-debates [...]” (presidenta) têm se mostrado eficazes nas práticas educativas utilizadas pela Organização Mães da Resistência. Ademais, estratégias como os cine-debates, por exemplo, aproximam as pessoas LGBTQI+ e suas famílias de realidades fílmicas que em muito se assemelham às experiências reais, contribuindo para ampliar as reflexões e encontrar alternativas mais cognitivas e afetivas para as suas realidades e para o fortalecimento do “[...] respeito à diversidade” (presidenta).

Entre os diferentes desafios enfrentados pela Organização, frente as práticas educativas que utiliza, a mobilização das pessoas parece ser uma das mais importantes, nas palavras da

presidenta: “a mobilização é sempre o maior desafio [...]”, exatamente porque, “[...]muitas pessoas não querem sair do anonimato até se sentirem totalmente acolhidas e seguras”.

Embora o anonimato possa parecer recusa ou falta de comprometimento, as traduções baseadas nas filiações teóricas e analíticas adotadas nesta investigação, sugerem que este recuo à exposição nominada pode não representar passividade, mas uma estratégia subjetiva de autoproteção, relacionado ao medo da violência social e da estigmatização.

É, exatamente nessa direção que as práticas educativas exercem potencial relevância, sobretudo, quando o acolhimento se torna, também, ferramenta pedagógica, que se utiliza de uma metodologia afetiva para produzir novos posicionamentos e neutralizar ameaças externas, possibilitando apoio e segurança emocional.

Uma questão parece oportuna: como avaliar os impactos das práticas educativas e da mudança de paradigma na participação ativa e nos sentidos subjetivos das pessoas alcançadas pela Organização? Uma tradução possível relaciona-se à perspectiva de que estas práticas não devem ser avaliadas, a partir estatísticas e métricas absolutas, mas sim, por indicadores qualitativos de mudanças na maneira como as pessoas alcançadas atribuem novos significados às suas realidades e experiências vivenciadas, deslocando-as do espectro do isolamento e do medo, para um lugar de maior acolhimento e pertencimento coletivo.

11

Cabe ressaltar que as estratégias e ferramentas pedagógicas utilizadas pela Organização Mães da Resistência, também se estruturam, a partir da produção de cartilhas, de encontros e da criação e fortalecimento de redes de apoio e de trocas de experiências. Nesse sentido, a estratégia da criação e realização de cartilhas, encontros e redes de apoio, corporifica as experiências coletivas, e os saberes produzidos estabelecem uma ruptura com conhecimentos hegemônicos, validando experiências reais, tanto de opressão quanto de luta, acolhimento e afeto, num exercício de produção de uma teoria social orgânica, a qual transforma a sobrevivência doméstica em saber popular emancipatório.

Quando analisadas as produção de conhecimentos escritos, as cartilhas produzidas pela Organização oferecem uma estratégia fundamental, pois, segundo apontou a presidenta, a utilização intencionada de uma “[...] linguagem mais popular e didática possível” atua, a partir de uma tradução intercultural e política, traduzindo complexas teorias relacionadas a gênero e direitos humanos, em conhecimentos emancipatórios, numa espécie de gramática cotidiana das experiências vivenciadas por pessoas LGBTQI+ e por suas famílias.

Sentidos atribuídos às experiências e às contribuições sociais da Organização no contexto pernambucano

As traduções dos núcleos de sentidos relacionados à experiência da presidenta com a Organização foram possíveis, através da estratégia de apresentar uma lista com palavras e expressões que tivessem alguma relação com as experiências vivenciadas e com os objetivos deste estudo, de modo que ela pudesse atribuir sentidos subjetivos produzidos, a partir da lista sugerida. As palavras e expressões listadas foram: Mãe; Resistência; Família; Sociedade; LGBTfobia; Conhecimento; Aprendizagens; Movimento Social; Direito; Vida; Formação; Violência; Práticas Educativas e Mães da Resistência.

Ao traduzir os sentidos subjetivos da participante e aqueles mobilizados pelos pesquisadores, foi reconhecido que a inter-relação simbólica entre as palavras possibilitou um alargamento das traduções, a partir de núcleos de significados. Dito isso, uma primeira tradução aponta para a reconfiguração subjetiva do conceito de família. A participante definiu Família como: “pessoas que nos acolhem respeitam, protegem e nos fortalecem e nem sempre fazem parte do núcleo familiar biológico”. Os sentidos atribuídos revelam uma ruptura importante na subjetividade social hegemônica, uma vez que aqui, a família assume uma característica mais ampliada, dissociada de perspectivas baseadas em consanguinidade, passando a ser um referencial afetivo, protetivo e político, uma vez que a considera como marca simbólica da experiência de acolhimento coletivo, potencializado pela Organização.

12

Os sentidos atribuídos à família, ainda apontam para uma ferida subjetiva profunda, uma vez que o núcleo familiar também representa, historicamente, um lugar de sofrimento, preconceito e exclusão (Prado; Junqueira, 2011). A própria participante reconheceu ter sido uma mãe homofóbica, reforçando os dados de que a família, ao lado da escola, são espaços de significativa violência para pessoas LGBTQI+.

Nesse sentido, a maneira como a palavra Família foi traduzida pela participante, destacou a importância do enfrentamento a modos e modelos mantenedores de tais opressões. A resignificação desse lugar violento, em lugar que acolhe e protege, se constitui na ampliação do afeto e no objetivo comum do acolhimento e da luta por direitos e garantias para seus(as) filhos(as) LGBTQI+. Além disso, a família assume uma característica mais ampliada, superando os limites da consanguinidade, tornando a Organização uma grande família que se mantém unida pelo afeto e pelos objetivos coletivos e políticos.

Considerando estas reflexões e traduções, parece oportuno destacar que a palavra Família, estabelece significativa relação com as palavras Mãe e Resistência, tendo em vista que

o sentido atribuído à palavra Mãe ligou-se ao exercício e referência do acolhimento: “lugar de acolher” (presidenta), ao passo que os sentidos relacionados à existência e à sobrevivência estiveram ligados à palavra Resistência.

Numa tradução mais próxima dos pesquisadores, os sentidos subjetivos atribuídos pela presidenta, pareceram representar a mãe como o lugar que acolhe, mas ao mesmo tempo, o lugar que serve de proteção e defesa da existência e da sobrevivência, num contexto, no qual a violência e a letalidade imprimem os modos de vida e os riscos experimentados, cotidianamente, por pessoas LGBTQI+.

Quando consideramos os núcleos de sentidos, referente as palavras: Conhecimento; Formação, Práticas Educativas e Aprendizagens, as traduções possibilitam reflexões que sustentam a aprendizagem, o conhecimento e a formação como elementos fundamentais para o enfrentamento da LGBTfobia, a mesma que foi caracterizada pela presidenta como “crueldade/crime”. As práticas pducativas, portanto, se apresentam como o caminho para o efetivo letramento de gênero, de sexualidade, de orientação sexual e dos direitos e garantias já conquistados e os a conquistar.

Os sentidos subjetivos atribuídos pela participante à expressão Práticas Educativas dialogam, diretamente, com as estratégias utilizadas pela Organização para informar e orientar associados(as), usuários(as) e parceiros(as) sobre as questões que tratam de pautas LGBTQI+. Numa perspectiva mais ampliada as práticas educativas se traduzem como estratégias importantes para o enfrentamento da LGBTfobia e para um convívio social mais respeitoso, contribuindo, desse modo, para o reconhecimento e exercício de direitos e garantias. Direitos pelos quais, segundo destaca a participante, garante a existência. Nesse sentido o saber internalizado torna-se instrumento de luta, de proteção e de justiça social.

No que se refere a expressão Mães da Resistência, a presidenta atribuiu sentidos subjetivos relacionados à motivação idealista. Para ela, os significados que carregam essa expressão, fala de um “sonho de transformação social”, sobretudo, quando confrontados com os sentidos atribuídos às palavras Violência e Vida, às quais foram representadas, a partir da perspectiva do risco. A Violência por ser uma “prática cruel e desleal”, já a Vida por apontar que mesmo sendo um direito incondicional de todos, para alguns, ela é negada. Aqui, explicitamente, é possível traduzir que a presidenta alude aos altos índices de letalidade, decorrentes da LGBTfobia.

Diante disso, a expressão Movimento Social e a palavra Sociedade se articulam, numa tradução que considera a atribuição de sentidos subjetivos, relacionados à criação e ampliação

de espaços de conhecimento e lutas. Estas perspectivas parecem apontar para a experiência da própria Organização que institui, a partir da ampliação de conhecimentos e de espaços de representatividade, a sua marca identitária, o seu ativismo materno e a sua contribuição para a sociedade.

É nesse sentido que a expansão territorial da Organização se torna uma estratégia importante de alcance de pessoas e de espaços de atuação, alimentada pelo conhecimento e pelo ativismo materno. Mas, não sem esforços. Quando a presidenta atribui sentido subjetivo relacionado ao quanto a sociedade é desafiadora, ela parece destacar os diversos enfrentamentos mobilizados, os quais se apresentam de diferentes formas, exigindo reorganização de estratégias, na perspectiva do fortalecimento do coletivo e do engajamento transformador.

No que se refere ao contexto pernambucano, a Organização atende, em números aproximados, 70 famílias, diretamente, possibilitando apoio, informações e suporte psicossocial e jurídico. Essa atuação ao mesmo tempo em que representa um espaço de acolhimento, segurança, respeito, de informação e de formação, também tensiona o Estado sobre a insuficiência de alternativas e de políticas públicas voltadas para pessoas LGBTQI+. A presença da Organização no estado pernambucano, subverte, em alguma medida, a lógica das macroestruturas, tão fortemente marcadas pela cisheteronormatividade.

14

A presença e a sede da Organização no estado de Pernambuco agencia discussões que problematizam, questionam e provocam governantes e sociedade à reflexão sobre a linha que define quem são as pessoas que têm direitos e quem são aquelas produzidas sob o espectro da inexistência. É, exatamente, nesse contexto que a Organização atua, evidenciando e tocando na ferida social que estabelece quem fica do outro lado da linha da existência social e de direito.

A realidade pernambucana, ainda parece muito distante de um contexto ideal e seguro para pessoas LGBTQI+, o que pode ser confirmado pelos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026), colocando o estado pernambucano em segundo lugar, no ranking dos estados que registram mais crimes letais contra pessoas LGBTQI+. Logo, é na lacuna do Estado, que a Organização atua como uma zona fronteira, de onde luta e enfrenta discursos e realidades reacionárias e violentas, com o objetivo de tornar possível a ressignificação de vidas e de relações familiares.

Parece oportuno destacar as contribuições que a Organização oferece para o estado de Pernambuco, as quais foram descritas pela participante nos seguintes termos:

Quando as famílias entendem seu papel na sociedade, boas práticas de respeito, acolhimento e transformação social acontecem. As famílias são os primeiros espaços de violência para muitas pessoas. Mas, a partir das trocas de vivências e informações temos mudado essa realidade. A Associação Mães da Resistência tem alcançado muitas famílias e levado informações que contribuem para o respeito e enfrentamento as violências.

Como pode ser observado, a descrição da presidenta sobre as contribuições que a Organização Mães da Resistência tem oferecido para o estado de Pernambuco, revela a importância da função pública que ela assume, na tentativa do desmantelamento de estruturas e discursos que sustentam violências intrafamiliares, sobretudo, no que se refere a violências contra pessoas LGBTQI+. Através de suas ferramentas, estratégias e práticas educativas de formação e letramento de gênero, orientação sexual e em direitos humanos, a Organização possibilita a criação de novas práticas coletivas de cidadania, inclusive, alcançando espaços que o Estado não consegue chegar.

É construindo conhecimentos e enfrentando a manutenção de práticas preconceituosas contra seus(as) filhos(as) LGBTQI+, que as Mães da Resistência se fazem presentes no cenário pernambucano, fortalecendo famílias e se consolidando como espaço de referência, de representatividade, de troca de experiências e de luta, num ativismo materno que se utiliza de uma pedagogia afetiva para reivindicar respeito, acolhimento, dignidade e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ativismo materno desempenha um papel importante na luta por direitos e garantias coletivas, neste artigo foi possível conhecer e atribuir sentidos a experiências de mães que atuam na perspectiva de tensionar o poder público e a sociedade para o acolhimento, respeito e dignidade de seus(as) filhos(as) LGBTQI+. A escolha pela Organização Mães da Resistência se deu, sobretudo, por sua importância social e pela sua representatividade no cenário nacional de lutas contra a LGBTfobia.

Conhecer as histórias e contribuições da Organização Mães da Resistência, a partir das experiências da sua presidenta, possibilitou o encontro com um ativismo que se constitui pela valorização da coletividade, pelo acolhimento, pelo afeto e pela resignificação de mães atravessadas pela LGBTfobia, mas que através do conhecimento, da resiliência e da resistência aos modos e modelos hegemônicos, desataram os nós das violências intrafamiliares e tornaram-se representantes de lutas que reivindicam respeito e acolhimento para seus(as) filhos(as) LGBTQI+.

Além disso, buscam, a partir do fortalecimento coletivo, alternativas para enxergar quem não consegue ser alcançado pelos equipamentos públicos de atenção e cuidado. Importante destacar que as reivindicações que, também sustentam a Organização, se baseiam na luta por políticas públicas mais equitativas e garantidoras de acolhimento, exercício e consolidação de direitos fundamentais, para todas as pessoas, das quais destacamos as LGBTQI+.

Ao término deste artigo, os sentidos subjetivos da presidenta e os nossos se aproximaram, principalmente, no que se refere à importância da Organização no cenário social pernambucano, sobretudo, pela atual realidade do estado, ranqueado como o segundo do país com mais registros de violências letais contra pessoas LGBTQI+. O acolhimento, o respeito, as práticas educativas de comunicação e de formação para seus(as) associados(as), usuários(as) e parceiros(as) ampliam as traduções sobre a importância da Organização e da sua atuação no estado de Pernambuco. Atuação que se estrutura, a partir de uma perspectiva pedagógica afetiva.

Sobre as práticas educativas destacam-se as cartilhas, os encontros, os audiovisuais e os projetos coletivos, os quais buscam de forma simples, informar sobre temas e teorias complexas que tratam sobre gênero, orientação sexual, LGBTfobia, etc. Tais estratégias têm demonstrado, conforme apontou a presidenta, resultados significativos para as famílias e pessoas alcançadas, mesmo diante de desafios impostos por uma sociedade ainda, fortemente, marcada por modelos e discursos cisheteronormativos.

16

O recorte realizado nesta investigação não pretendeu esgotar as discussões e traduções sobre os sentidos atribuídos às experiências e ao histórico da Organização Mães da Resistência, mesmo porque é impossível um alcance total da realidade. O que se pretendeu foi traduzir, a partir de núcleos de significados, os sentidos atribuídos pela presidenta à sua experiência e trajetória na Organização.

Desse modo, parece oportuno que outros estudos se debrucem no desenvolvimento de investigações que ampliem o debate e alcancem outras temáticas e abordagens, tendo em vista a importância delas no contexto do conhecimento e das estratégias de atuação e enfrentamento de preconceitos. Além disso, é fundamental que cada vez mais os movimentos sociais, as organizações não governamentais e os ativismos, dos quais destacamos o ativismo materno, possam dizer da potência e da transformação social advindas do saber popular e do poder da coletividade.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo financiamento do Projeto: Espelhos Epistemológicos das Práticas Educativas de Ativistas e Militantes Educadores(as) dos Movimentos Sociais de Pernambuco, o qual foi aprovado na Chamada Universal CNPq/MCTI Nº 10/2023 (Período: 2024 – 2026). O incentivo financeiro possibilitou experiências acadêmicas e produções científicas muito significativas sobre os temas abordados, além de garantir a ampla divulgação dos estudos realizados em importantes espaços de difusão de conhecimentos e da ciência.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. G. S. **Movimentos sociais maternos no Rio de Janeiro**: uma análise através da Teoria da Reprodução Social. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2022. 267 f.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/305>. Acesso em 28/07/2026.

FREITAS, M. A.; FEINAMORI, S. Trabalhos de amor e cuidado: as gramáticas emocionais da maternidade e o ativismo materno nas redes. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, n. 24, p. 1-13, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/NwCH3BDCHgC9CbjKR7Jg8jB/?format=html&lang=pt>. Acesso em 03/08/2026.

MÃES DA RESISTÊNCIA. **Letramento para mães que resistem**: uma cartilha para mães e familiares de pessoas LGBTQIAPN+. [S. l.]: Instituto Repartir, 2023a. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/751094455/Cartilha-Letramento-Para-Ma-es-Que-Resistem-2>. Acesso em: 25/07/2026.

MÃES DA RESISTÊNCIA. **Manifesto Mães da Resistência**. YouTube, 2023b. 1 vídeo (2 min 04 seg). Disponível em: <https://youtu.be/fdUbPZ97XSU?si=eMJ6FfL1bYBBH1m>. Acesso em: 05/08/2026.

OLIVEIRA, M. R. **Angústia e colonialidade do ser**: percepção sobre LGBTfobia em estudantes de licenciatura em pedagogia e em física do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2018. 229 f.

OLIVEIRA, M. R.; LAGE, A. C. Capacitasuas/PE e curso sobre atendimento de pessoas lgbtqi+ no SUAS: um relato de experiência. In: MOURA, A. K. N. (Org). **Educação e justiça social**: caminhos para a transformação no século XXI. Três Lagoas: Editora Bonê, 2025, p. 12-30.

PRADO, M. A. M.; JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 51-71.

PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vy83qbL5HHNKdzQj7PXDdJt/?format=html&lang=pt>. Acesso em 05/08/2026.

REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. Trad. Marcel Aristides Ferrada Silva. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

SANTOS, B. S. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do skylab. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 11, p. 9-60, mai. 1983. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/10794>. Acesso em: 09/08/2023.

SILVA, J. B. P. **Ativismo materno**: contribuições para a arte e para a democracia. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Artes, Brasília, 2024. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/51628/1/JaquelineBarbosaPintoSilva_TESE.pdf. Acesso em: 10/08/2026.